



pelos mares da  
**língua**  
**portuguesa 3**

EDS.

**ANTÓNIO MANUEL FERREIRA**

**CARLOS MORAIS**

**MARIA FERNANDA BRASETE**

**ROSA LÍDIA COIMBRA**



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**Pelos mares da língua portuguesa 3**

EDITORES

**António Manuel Ferreira**

**Carlos Morais**

**Maria Fernanda Brasete**

**Rosa Lídia Coimbra**

CONCEÇÃO GRÁFICA

**Clássica**

CAPA

Capa desenhada a partir de imagem criada por Álvaro Sousa

PAGINAÇÃO

Clássica Artes Gráficas · Porto

EDIÇÃO

**UA Editora**

**Universidade de Aveiro**

**Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia**

EDIÇÃO

**1ª edição – setembro 2017**

ISBN

**978-972-789-514-4**

APOIOS



universidade de aveiro  
theoria poiesis praxis

universidade de aveiro  
theoria poiesis praxis



ciceco  
instituto de materiais de aveiro

universidade de aveiro



cllc centro de línguas, literárias e culturais



dlc universidade de aveiro  
departamento de línguas e culturas



FUNDAÇÃO  
ORIENTE  
MUSEU



ESCOLAR  
EDITORA

FUNDAÇÃO  
MÁRIO SOARES



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

60  
ANOS



USP/FEH  
pensando GOA  
Letras, Artes & Ciências Humanas

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
AGÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO

# Entre a espada e a pena: violência de Estado e poesia nas celebrações da inauguração da estátua equestre de D. José I\*

CAIO CESAR ESTEVES DE SOUZA\*\*

USP-UNL

Gostaríamos de propor, neste estudo, uma redução do que foi o tempo que hoje chamamos, como unidade identitária, de “segunda-metade-do-século-XVIII”. Essa proposta certamente será esquemática e insuficiente, como é da natureza de qualquer redução, mas nos parece pertinente apenas para evitar que traços importantes se sobreponham aos essenciais. No âmbito do Estado português, propomos esse período com uma grande figura, secundada por duas que hierarquicamente encontravam-se acima de si: Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal; e os dois monarcas, D. José I (rei de 1750 a 1777) e, posteriormente, D. Maria I (rainha de 1777 a 1816, tendo passado o controle da monarquia a seu filho, D. João VI, a partir de 1792). Essas duas figuras, que propomos absurdamente como secundárias, podem ser vistas de forma reducionista como opostas em suas atitudes, sendo aquele, o rei responsável por conferir ao Marquês de Pombal poderes de déspota; e esta, a responsável por tirar-lhe esses poderes e desfazer grande parte de suas reformas, na chamada “Viradeira”.

Esse tema é conhecido e não nos cabe aqui discutir o assunto de forma mais aprofundada. Interessam-nos particularmente alguns acontecimentos ocorridos durante o governo de D. José I, dentre os quais destacamos o terremoto que assolou Lisboa em 1755, destruindo não apenas grande parte da cidade, mas a confiança

\* Agradeço ao Prof. Dr. Jaime Ginzburg (USP), pelos valiosos comentários em meu processo de Qualificação de Mestrado, que originaram este texto.

\*\* Caio Cesar Esteves de Souza é mestrando em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. João Adolfo Hansen. Atualmente, realiza estágio de pesquisa na Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Rubim, com bolsa concedida pela FAPESP.

cristã de serem os portugueses um povo que dedicou sua História à propagação dos evangelhos em outros continentes e que, por isso, gozava dos favores divinos. Também destaco o fato de que a expressão “terremoto de 1755” não faz jus à magnitude desse acontecimento, que combinou intenso tremor de terra, tsunami e incêndio de grandes proporções, destruindo grande parte da cidade e matando, segundo é possível estimarmos, dezenas de milhares de pessoas<sup>1</sup>.

A magnitude do acontecimento gerou grande repercussão no plano intelectual, movendo diversos pensadores a propor interpretações ao acontecimento, desde pessoas como o Padre Manuel Portela, com sua *História da ruína da cidade de Lisboa causada pello espantozo terremoto e incendio, que reduzio a pó e cinza a melhor, e mayor parte desta infeliz cidade*, até mesmo Kant, que publicou três artigos sobre o tema, e que utilizou as impressões causadas pelo evento para formular a sua teoria do Sublime; e Voltaire, que recorreu a esse acontecimento para poder refutar o otimismo filosófico de Leibniz e Alexander Pope em seu *Candide*, de 1759, e no *Poème sur le désastre de Lisbonne*, de 1756.

Desastre para muitos, oportunidade para um: Sebastião José de Carvalho e Mello aproveitou as ruínas da cidade para erguer o seu projeto de governo, que flertava com o iluminismo francês e o empirismo inglês, como ilustra a anedota de que, após o ocorrido, respondendo ao questionamento de D. José sobre o que deveria ser feito, o futuro Marquês de Pombal haveria apenas lhe respondido “Enterram-se os mortos e cuidam-se os vivos”. *Se non è vero, è ben trovato*.

Enumeramos essas informações apenas para que se compreenda que, com esses acontecimentos, instituiu-se na corte uma reorganização da urbanidade, entendido o termo aqui em sentido amplo: urbanidade como organização do espaço urbano, mas também como posição decorosa do cidadão nesse espaço. Isso implica uma série de transformações em valores há muito estabelecidos e amparados por uma tradição de grandes autores e feitos, cuja autoridade ruiu, em certa medida, com a cidade. E valores, sabemos, não se transformam do dia para a noite, mas são construídos discursivamente. Para que isso ocorresse, Pombal utilizou-se de uma série de reformas de cunho científico, especialmente as relacionadas à Universidade de Coimbra, mas não apenas; além de iniciar uma ostensiva atitude de mecenato de homens letrados, para que divulgassem os ideais de seu modelo de governo. A maior parte desses letrados era nascida no Brasil, dentre os quais podemos destacar José Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Manuel Inácio da Silva Alvarenga e, finalmente, o objeto desta apresentação, Inácio José de Alvarenga Peixoto. Sobre o mecenato operado por Pombal e os detalhes e implicações do processo de cooptação dos letrados,

<sup>1</sup> Recentemente, foi realizada uma reconstrução dessa catástrofe em forma de vídeo pelo Smithsonian Channel, disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=FGhv6zcBPxQ>, acessado em 11 de junho de 2016.

constituem bibliografia indispensável o livro de Ivan Teixeira, *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, e o artigo de João Adolfo Hansen, “Pastoral árcaica, ilustração católica & civilização”, que permeiam esta apresentação.

Podemos eleger como marco central do processo de propaganda pombalina a Estátua Equestre de D. José I, que se encontra até hoje no Terreiro do Paço, em Lisboa. Nela, nota-se muito nitidamente, no centro do pilar que sustenta o monarca, o busto de Pombal, de face para o Tejo. A imagem do rei é alegórica e genérica: não há efetivamente marcas expressivas que nos permitam asseverar que se trate de D. José I, se não dispormos de informações prévias. Isso ocorre porque o rei haveria se recusado a posar para o escultor, por não ser favorável à construção de tal estátua. Pombal, no entanto, teria insistido em sua realização, levando o escultor a utilizar como modelo a face do rei estampada nas moedas em circulação na época (Teixeira, 1999).

Além da estátua em si, que já representa muito nitidamente a posição que Pombal ocupa (e, programaticamente, deve ocupar) no discurso artístico dessa época, as festividades que marcaram sua inauguração são bastante significativas para o nosso propósito. Ocorreram com todas as pompas exigidas pela circunstância e perduraram por vários dias, contando com a participação de carros alegóricos, de muitos músicos, dançarinos e de membros do governo português, que dedicaram uma série de poemas à ocasião de sua inauguração. Esses poemas, de modo geral, apresentavam função tripla: louvar a grandiosidade da Estátua, que serviria de alegoria para a grandiosidade do Império Português; louvar o monarca, por ser o líder que haveria guiado Portugal a esse estágio de grandeza após a imensa catástrofe do terremoto; e, finalmente, louvar Pombal três vezes: por ter efetivado a reconstrução de Lisboa com seus projetos ousados de urbanização; por ter mandado erguer a estátua que estava sendo inaugurada; e, finalmente, por ser a base de todo o Império.

Há, na Biblioteca Nacional de Portugal, uma *Narração dos applausos com que o juiz do povo e casa dos vinte-quatro festeja a felicíssima inauguração da estatua equestre onde também se expõem as allegorias dos carros, figuras, e tudo o mais concernente ás ditas festas*, sem indicação de autoria, que nos permite compreender o que chamamos, aqui, de Violência de Estado, que nos interessa enquanto discurso de justificativa da barbárie.

Segundo essa narração, as quatro primeiras alegorias eram, respectivamente, Europa, Ásia, África e América, “que vem todas, como tão interessadas nos obsequios dirigidos ao nosso REY, mostrar o júbilo, que recebem, vendo eternizada a sua Memoria pela erecção daquelle perduravel Monumento, e attribuir-lhe rendidas os dons propios de cada huma, em agradecimento dos muitos beneficios por ellas singularmente recebidos” (1775, pp. 3-4).

Destacamos o fato de que o processo de colonização, responsável por genocídios que causaram milhões de morte em todo o mundo (só no Brasil, a população indígena passou de cerca de três milhões de indivíduos em 1500, para trezentos e sessenta mil em 1825, segundo dados da FUNAI<sup>2</sup>), é criado retoricamente no discurso epidítico das celebrações como uma concessão de “muitos benefícios”, do colonizador aos colonizados. Que benefícios seriam esses? Segundo a *Narração*, D. José seria conhecido e respeitado na África pelo “singular amor, e justiça, que debaixo do seu Governo experimentam aquelles Barbaros; os quaes temerosos de provarem a crueldade de algum feroz Conquistador, anciosamente solicitáram a paz com os Portuguezes, com cuja protecção vivem seguros” (1975, p. 8). As alegorias do continente seriam o Temor e a Paz, sendo o primeiro a causa da segunda. Isso deixa claro como a festividade realiza retoricamente um processo Orwelliano, no qual a barbárie da escravidão e do genocídio é produzida como sinônimo de paz e liberdade.

O caso da América não é tão diferente, tendo por alegoria a Generosidade e a Riqueza, “pela excessiva abundancia das riquezas, que produz, e animo generoso dos seus Nacionaes” (1975 p. 10). Ao mesmo tempo, os caboclos que são retratados em uma das alegorias trazem, ao pé, “huma cabeça humana passada com huma setta” (1975, p. 11), traço que reforça a ideia de selvageria e, assim, justifica implicitamente o domínio lusitano sobre esses povos, e a respectiva utilização da força para a sua manutenção.

Por fim, o caso da Ásia é um pouco diferente, por ser retratada com alegorias da Sujeição e da Vitória, sendo a primeira referente aos asiáticos e a segunda, aos portugueses. Talvez seja este o único ponto, nas celebrações, em que a belicosidade da expansão do império lusitano para outros continentes não foi camuflada, como se nota na descrição da alegoria da Sujeição: “Irá vestida como as mais, que vam no mesmo Carro, sem turbante na cabeça, e em lugar d'elle levará por coroa huma cadeia, na mão direita hum Sceptro cingido com huma cadeia, nas espádoas, ou costas huma Tarja, e nella huma Torre atada com huma cadeia, e huma espada em sima” (1975, pp. 6-7).

Esta pequena apresentação de três das sete alegorias que compuseram as celebrações da inauguração da Estátua Equestre, em 1775, servem apenas para ilustrar o caráter de consolidação que a Estátua representa. Trata-se da consolidação de um discurso hegemônico, que exalta um Estado forte, que impõe seu poderio ao mundo sob a justificativa de combater vícios e exaltar virtudes, a partir da perspectiva do que se chama de maneira generalizante “despotismo esclarecido”. Em outras palavras, é consolidação do discurso que confere legitimidade ao Estado pombalino. Além dessas quatro alegorias representando os

<sup>2</sup> Cf. <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>, acessado em 16/06/2016.

continentes, havia também uma que representava Apolo, outra o Oceano e a última, Portugal Triunfante, em que se exaltam as artes liberais (Matemática, Arquitetura, Comércio, Pintura, História e Escultura), além de outras quatro virtudes (Justiça, Amor da Pátria, Benignidade e Liberdade), e onde se trazem acorrentadas a Discórdia, Ignorância, Furor e Hipocrisia. (1975, pp. 17-21).

Os jovens letrados que aspiravam a cargos na administração colonial lusitana evidentemente viram nisso uma grande oportunidade, e aproveitaram para tecer seus elogios à grandiosidade da Estátua, do Marquês e do Rei, legitimando essa justificativa da violência de Estado. Entre esses jovens, encontra-se Alvarenga Peixoto, com o poema que encontra-se anexado à *Narração* e que reeditamos aqui, mantendo a grafia original:

Na inauguração da Estatua Equestre consagrada á Memoria D'ELREY  
NOSSO SENHOR no Faustissimo dia 6 de junho de 1775

#### SONETO

AMerica sujeita, Asia vencida;  
Africa escrava, Europa respeitosa;  
Restaurada mais rica, e mais formosa  
A fundação de Ulysses destruida.

São a base, em que vemos eregida  
A Colossal Estatua magestosa,  
Que D'ELREY á memoria gloriosa  
Consagrou Lusitania agradecida.

Mas como a gloria do Monarca justo  
He bem que áquele Heroe se communique,  
Que a fama canta, que eterniza o Busto:

POMBAL junto a JOSÉ eterno fique,  
Qual o famoso Agrippa junto a Augusto,  
Como Sully ao pé do Grande HENRIQUE.

Trata-se, evidentemente, de um poema de circunstância, como a didascália que o acompanha explicita. Não temos pretensão de realizar, aqui, uma análise que esgote as significações do poema, apesar de não ser um texto complexo. Apenas buscamos indicar alguns elementos que permitam demonstrar a pertinência da abordagem dessa poesia como discurso de legitimação e consolidação do Estado português de Pombal e de seu novo modelo de urbanidade.

Os dois primeiros versos já explicitam a integração, por um processo ecfrástico, das alegorias apresentadas na inauguração da Estátua Equestre, que vêm seguidas pela menção da reconstrução de Lisboa e retomada do mito de Ulisses, como

seu fundador. Pombal e José reconstruíram Lisboa ainda mais rica e formosa do que ela existia antes do terremoto, o que serve para amplificar o elogio aos dois estadistas, colocados em posição superior à de Ulisses. Essa comparação nos permitiria, também, pensar a relação entre a função das festividades da Estátua Equestre e tudo o que as cerca (poemas, músicas, danças, carros alegóricos, percurso percorrido por eles, posicionamento da Estátua, local em que os espectadores se posicionavam, tempo que as celebrações levaram para se concluírem etc.) e a função da epopeia, enquanto eternização espetacular da memória de um herói que representa uma coletividade e um código ético-moral.

A segunda estrofe indica que essas questões são a base da “colossal estátua majestosa” ofertada à memória do rei pelo povo lusitano, como agradecimento. Base é, evidentemente, sinônimo de fundamento, ou justificativa: o povo encontra-se agradecido pela formosura e riqueza da reconstrução da cidade e, por isso, oferta a estátua ao monarca.

Os dois últimos tercetos apresentam função complementar, que visa justificar a existência do busto de Pombal na estátua de D. José. Interessante é notar como ocorre uma oposição sutil entre “monarca” e “herói”, sendo este cantado pela “fama” e eternizado pelo Busto, enquanto aquele é o foco das celebrações. Tradicionalmente, o termo “herói” é utilizado para se referir, no universo poético, às personagens elevadas da epopeia ou do drama que protagonizam o enredo. Essa oposição, portanto, acaba por corroborar (ao menos parcialmente) a redução que propusemos no início desta apresentação, segundo a qual Pombal ocupava posição central e era secundado pelo monarca.

No que diz respeito às relações entre Pombal e Agrippa ou Sully, e D. José e Augusto ou Henrique IV da França, presentes no último terceto, não as discutiremos aqui, pois as suas implicações serão abordadas em fase futura desta pesquisa e a nossa interpretação do tema encontra-se ainda muito embrionária. Interessam-nos, neste momento, como exemplos da justeza defendida no terceto anterior da presença de Pombal em uma estátua que supostamente serviria para celebrar o monarca.

Após explicitar essas questões, resta-nos apenas evidenciar algo que já ficou implícito. Referimo-nos à forma como o poema representa o novo modelo de urbanidade, mencionado anteriormente. Uma discussão completa desse tema teria que passar invariavelmente pelos trabalhos de Verney e Cândido Lusitano, além de mencionar críticos e teóricos da literatura que se dedicaram ao estudo do decoro nas letras setecentistas, desde as poéticas de Boileau, na França, até Muratori, na Itália e Luzán, na Espanha. Limitamo-nos, portanto, a evidenciar o decoro dessa nova urbanidade na forma deste soneto. Os dois quartetos apresentam a motivação da estátua e de sua celebração, sendo o primeiro responsável por explicitar o que faz essa motivação ser válida, e o segundo por justificar as



celebrações conferindo-lhe poder de representar uma coletividade; o primeiro terceto justifica a presença de Pombal com base na justiça do Rei, enquanto o segundo apresenta exemplos históricos que asseveram a antiguidade do protagonismo de figuras hierarquicamente secundárias na condução de grandes impérios e, com isso, defende a legitimidade da representação de Pombal na estátua de D. José, segundo prescreve o decoro epidítico.

A estrutura do poema é clara, precisa, sem recorrer à fantasia do leitor ou a agudezas formais ou conceituais como as que notamos, por exemplo, nos poemas seiscentistas da *Fênix Renascida*. Embora haja inversões sintáticas, não causam ambiguidade ou confusão. O sentido se quer unívoco, claro, simples e decoroso. Em outras palavras: o poema incorpora na sua forma os ideais programáticos do mecenato pombalino, encontrados também no projeto urbanístico da cidade e nas preceptivas poéticas, retóricas e filosóficas de seu tempo: objetividade, clareza, retidão e utilidade.

### Referências bibliográficas

- Anônimo (1755). *Narração dos applausos com que o juiz do povo e casa dos vinte-quatro festeja a felicíssima inauguração da estatua equestre onde também se expõem as allegorias dos carros, figuras, e tudo o mais concernente ás ditas festas*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- FUNAI (2013). Quem são. *Os Índios no Brasil*. Recuperado, em 16 julho 2016, de: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>
- Hansen, J. A. (2003). Pastoral Arcade e Civilização. *La formación de la cultura iberoamericana. Siglo XVIII*. Madri: Editorial Iberoamericana.
- Teixeira, I. P. (1999). *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Edusp.